



PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO-PARÁ
ESTADO DE SANTA CATARINA

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 78/2024
EDITAL DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 54/2024

Com base no Art. Nº 75, II da Lei Federal Nº 14.133/2021, no Decreto Municipal Nº 06, de 18 de janeiro de 2024 e no Decreto Municipal n. 20/2022 de 15 de julho de 2022.

O **MUNICÍPIO DE GRÃO-PARÁ**, com sede na Rua Barão do Rio Branco, Nº 187, Centro, Grão-Pará/ SC, inscrita no CNPJ sob o Nº 82.558.149/0001-55, por intermédio do Setor de Licitação, torna público que, realizará Dispensa de Licitação, com critério de julgamento **MENOR PREÇO POR ITEM**, nos termos Artigo Nº 75, inciso II da Lei Federal Nº 14.133/2021, Decreto Municipal Nº 06, de 18 de janeiro de 2024, o Decreto Municipal Nº 20, de 15 de julho de 2022 e as exigências estabelecidas neste Edital, conforme os critérios e procedimentos a seguir definidos, objetivando obter a melhor proposta, observadas as datas e horários discriminados a seguir:

DATA LIMITE PARA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOCUMENTAÇÃO: DIA 12/11/2024, ÀS 23:59 HORAS via e-mail.

REFERÊNCIA DE HORÁRIO: HORÁRIO DE BRASÍLIA-DF

ENDEREÇO ELETRÔNICO PARA ENVIO DA PROPOSTA E DOCUMENTAÇÃO:
licitacoes@graopara.sc.gov.br

1.0 – DO OBJETO:

1.1 Constitui objeto desta Dispensa de Licitação **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA ELABORAÇÃO DE ESTUDO DE ALTERNATIVAS LOCACIONAIS COM O OBJETIVO PRINCIPAL DO MITIGAR A INTERVENÇÃO EM APP DE CURSO D'ÁGUA PELO EMPREENDIMENTO DE EXTRAÇÃO MINERAL DE SEIXOS ROLADOS, BEM COMO AVALIAR OS IMPACTOS RELEVANTES SOBRE AS COMUNIDADES AQUÁTICAS (ICTIOFAUNA) E DA HERPETOFAUNA, QUE CONHECIDAMENTE JÁ FORAM ENCONTRADAS NA BACIA DO RIO PEQUENO, PRINCIPALMENTE AS ESPÉCIES AMEAÇADAS DE EXTINÇÃO**, conforme Termo de Referência no ANEXO I deste Edital.

1.2. Compõem este Edital, além das condições específicas, os seguintes documentos:





1.2.1. ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA

1.2.2. ANEXO II - MODELO DE PROPOSTA;

1.2.2. ANEXO III - MINUTA DO CONTRATO;

2. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS:

2.1. Os recursos necessários ao objeto do presente contrato correrão à conta da seguinte dotação orçamentária:

23.004.2010.3.3.90.00.00.00.00.1.500.0000.0000 (código 104)

3. DO VALOR ESTIMADO:

3.1. O valor global estimado será de **RS\$44.500,00 (quarenta e quatro mil e quinhentos reais)**.

4. DA PARTICIPAÇÃO

4.1. Em regra, o fornecedor pode ser:

I - Microempreendedor Individual (MEI);

II - Pessoa jurídica (Empresa de pequeno porte).

4.2. O fornecedor deverá estar em conformidade com todas as especificações estabelecidas neste Edital de Dispensa de Licitação.

4.3. Poderão participar desta Licitação todas as pessoas jurídicas não impedidas de licitar ou contratar com o Poder Público que cumprirem os requisitos de habilitação deste Edital, aplicando-se subsidiariamente a Lei Complementar N° 123/2006 e respectivas alterações, em razão dos seguintes motivos (Artigo 49, inciso III, da Lei Complementar N° 123/2006) e quaisquer empresas ou sociedades, regularmente estabelecidas no País, que sejam especializadas e credenciadas no objeto desta licitação e que satisfaçam todas as exigências, especificações e normas contidas neste Edital e seus Anexos.

5. PERÍODO PARA ENVIO DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO E PROPOSTA DE PREÇO/COTAÇÃO:

5.1. A presente Dispensa de Licitação ficará ABERTA POR UM PERÍODO DE 3 (TRÊS) DIAS ÚTEIS, a partir da data da divulgação no site, e os respectivos documentos deverão ser encaminhados ao e-mail: licitacoes@graopara.sc.gov.br, ou mediante protocolo no setor de licitação.

5.1.1. O prazo para apresentação de propostas adicionais pelos eventuais interessados inicia em **08 de novembro de 2024 às 00:00 horas e encerra em 12 de novembro de 2024 às 23:59 horas**.

5.1.2. O fornecedor interessado, após a divulgação do aviso de contratação direta, encaminhará, por meio eletrônico ou por protocolo, no setor de licitações, a proposta com a descrição do objeto ofertado, a marca do produto, quando for o caso, e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura do procedimento, devendo, ainda, apresentar declarações com as seguintes informações:





- I** – a inexistência de fato impeditivo para licitar ou contratar com a Administração Pública;
- II** – o enquadramento na condição de microempresa e empresa de pequeno porte, nos termos do DECRETO MUNICIPAL Nº 20/2022;
- III** – o pleno conhecimento e aceitação das regras e das condições gerais da contratação, constantes do procedimento;
- IV** – o cumprimento das exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, de que trata o Art. 93 da Lei Nº 8.213, de 24 de julho de 1991, se couber; e
- V** – o cumprimento do disposto no inciso VI do Art. 68 da Lei Nº 14.133, de 2021 (Não emprega menor).

5.1.2.1. A Proposta de preço deverá ser apresentada conforme modelo constante no Anexo II deste Edital.

5.1.2.2. As propostas de preço que não estiverem em consonância com as exigências deste Edital serão desconsideradas julgando-se pela desclassificação.

5.1.2.3. Os preços ofertados não poderão exceder os valores unitários, constantes neste Edital, devendo obedecer ao valor estipulado pela administração.

5.1.2.4. O eventual interessado, ao enviar sua proposta, declara compreender que não está participando de uma licitação, mas fornecendo proposta adicional para a aferição, por parte da administração, da vantajosidade da escolha a ser contratada em processo de dispensa de licitação.

5.2. Os documentos necessários à habilitação deverão ser enviados junto a proposta/cotação de preço via e-mail:

5.2. Habilitação:

5.2.1. HABILITAÇÃO JURÍDICA:

5.2.1.1. Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores; ou registro comercial, no caso de empresa individual.

5.2.1.2. Cédula de Identidade de todos os sócios proprietários.

5.2.2. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICA FINANCEIRA:

5.2.2.1. Certidão negativa falência e concordata com sua expedição nunca superior a três meses da abertura deste processo, referente à comarca de domicílio da empresa licitante (emitida no e-Saj e acompanhada da certidão emitida no e-Proc ou UNIFICADA);

5.2.2.2. Certidão Cível (emitida no e-Saj e acompanhada da certidão emitida no e-Proc ou UNIFICADA);

5.2.2.3. Certidão Criminal (emitida no e-Saj e acompanhada da certidão emitida no e-Proc ou UNIFICADA);

5.2.3. REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA:

5.2.3.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – **CNPJ**;

5.2.3.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda **Nacional**;

5.2.3.3. Prova de regularidade com a Fazenda **Estadual** da sede da licitante;

5.2.3.4. Prova de regularidade com a Fazenda Pública **Municipal** da sede da licitante;

5.2.3.5. **Alvará** de localização municipal;





5.2.3.6. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – **FGTS**;

5.2.3.7. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa (Certidão Negativa de Débitos **Trabalhista**).

5.2.3.8. Certidão Simplificada da Junta Comercial (emitida há menos de 90 dias). (dispensado em caso de MEI).

5.2.4. RELATIVOS À QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

5.2.4.1. Comprovação de aptidão para o desempenho de atividade pertinente e compatível em características, através da apresentação de um ou mais atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado.

5.2.4.2. Certidão de Registro de Pessoa Jurídica no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA.

6. DO PAGAMENTO:

6.1. O pagamento ocorrerá, 30 (trinta) dias, após a efetiva entrega do objeto, mediante apresentação de nota fiscal e após atesto do setor competente, nos termos da Lei Federal Nº 14.133/2021;

6.2. Para realização dos pagamentos, o licitante vencedor deverá manter a regularidade fiscal apresentada durante o processo de habilitação.

7. DA POSSIBILIDADE DE PRORROGAÇÃO

7.1 Tendo em vista a necessidade do Município, o contrato poderá ser prorrogado na forma da lei. No mesmo sentido, poderá ser reajustado através do IPCA.

8. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:

8.1. Poderá o Município revogar o presente Edital de Dispensa de Licitação, no todo ou em parte, por conveniência administrativa e interesse público, decorrente de fato superveniente, devidamente justificado;

8.2. O Município deverá anular o presente Edital de Dispensa de Licitação, no todo ou em parte, sempre que acontecer ilegalidade, de ofício ou por provocação;

8.3. A anulação do procedimento de Dispensa de Licitação, não gera direito à indenização, ressalvada o disposto no parágrafo único do Art. 71 da Lei Federal Nº 14.133/21;

8.4. Após a fase de classificação das propostas, não cabe desistência da mesma, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo Município.

Grão-Pará, 06 de novembro de 2024.

HELIO ALBERTON JUNIOR

Prefeito Municipal





PROCESSO LICITATÓRIO Nº 78/2024
EDITAL DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 54/2024

ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA

1. DEFINIÇÃO DO OBJETO

1.1. OBJETO

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA ELABORAÇÃO DE ESTUDO DE ALTERNATIVAS LOCACIONAIS COM O OBJETIVO PRINCIPAL DO MITIGAR A INTERVENÇÃO EM APP DE CURSO D'ÁGUA PELO EMPREENDIMENTO DE EXTRAÇÃO MINERAL DE SEIXOS ROLADOS, BEM COMO AVALIAR OS IMPACTOS RELEVANTES SOBRE AS COMUNIDADES AQUÁTICAS (ICTIOFAUNA) E DA HERPETOFAUNA, QUE CONHECIDAMENTE JÁ FORAM ENCONTRADAS NA BACIA DO RIO PEQUENO, PRINCIPALMENTE AS ESPÉCIES AMEAÇADAS DE EXTINÇÃO.

1.2. DETALHAMENTO DO OBJETO

A presente licitação visa à contratação de uma empresa especializada na elaboração de um Estudo de Alternativas Locacionais. O objetivo deste estudo é identificar soluções que minimizem o impacto na Área de Preservação Permanente (APP) associada à instalação de uma Usina de Britagem e outras infraestruturas. O trabalho deverá considerar diferentes cenários de implantação, avaliando a viabilidade técnica, legal e ambiental de cada um deles. Essa iniciativa tem como finalidade atender às exigências estabelecidas no Ofício IMA/SinFAT nº 62472 (Informação Técnica nº 3941/2024) e concluir o processo de licenciamento ambiental MIN/35067/CTB, relacionado ao município de Grão-Pará/SC.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UN	QUANT	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
1	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA ELABORAÇÃO DE ESTUDO DE ALTERNATIVAS LOCACIONAIS COM O OBJETIVO PRINCIPAL DO MITIGAR A INTERVENÇÃO EM APP	SERV.	1	R\$44.500,00	R\$44.500,00





DE CURSO D'ÁGUA PELO EMPREENDIMENTO DE EXTRAÇÃO MINERAL DE SEIXOS ROLADOS, BEM COMO AVALIAR OS IMPACTOS RELEVANTES SOBRE AS COMUNIDADES AQUÁTICAS (ICTIOFAUNA) E DA HERPETOFAUNA, QUE CONHECIDAMENTE JÁ FORAM ENCONTRADAS NA BACIA DO RIO PEQUENO, PRINCIPALMENTE AS ESPÉCIES AMEAÇADAS DE EXTINÇÃO.				
--	--	--	--	--

1.3. NATUREZA DA CONTRATAÇÃO

Os itens que constituem o objeto do presente processo licitatório são classificados como serviço técnico especializado relacionado à análise de impactos ambientais e alternativas locacionais.

1.4. PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO E POSSIBILIDADE DE PRORROGAÇÃO:

O contrato terá um prazo de vigência inicial de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado por mútuo acordo entre as partes, conforme o disposto nos artigos 106 e 107 da Lei 14.133/2021. A prorrogação do contrato deve atender aos requisitos e limites estabelecidos pela legislação vigente, garantindo que todas as condições e obrigações contratuais permaneçam em conformidade com as normas legais aplicáveis.

2. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO.

O município de Grão-Pará possui uma vasta rede de estradas, muitas das quais são de responsabilidade municipal e necessitam de pavimentação ou de materiais que melhorem suas condições de tráfego. Em especial, é requerido o uso de seixo rolado para a manutenção de estradas vicinais na zona rural. Para atender a essa demanda, o município solicitou áreas de extração de seixos rolados de origem basáltica no leito do Rio Pequeno, na localidade de Ilha Grande, por meio dos processos ANM nº 815.214/2010 e 815.119/2024.

Os seixos extraídos apresentam granulometria entre <200mm e >1000mm, sendo classificados como matacões segundo a NBR 6502/1995, o que exige sua cominuição para serem aplicados na manutenção, conservação ou pavimentação asfáltica das rodovias municipais. Para isso, a Administração Pública dispõe de uma Usina de Britagem Fixa, instalada em um imóvel rural obtido por meio de um Termo de Cessão



Gratuita com a proprietária, abrangendo uma área de 2,70 hectares registrada no C.R.I. de Braço do Norte sob o nº 6.947. A usina está localizada às margens da rodovia SC-370, na localidade de Ilha Grande, a cerca de 600 metros da área de extração de seixo rolado de titularidade da Prefeitura, conforme processo ANM nº 815.214/2010.

No entanto, o imóvel mencionado está parcialmente inserido em uma Área de Preservação Permanente (APP) do Rio Pequeno, que possui um afastamento obrigatório de 50 metros de cada lado das margens do rio. Essa limitação inviabiliza a implantação completa da Usina de Britagem no local, pois não haveria espaço suficiente para carregamento, manobras, instalações de apoio e depósito de agregados de construção civil.

Com base nesse cenário, foi emitido o Decreto nº 22/2022, que declarou a utilidade pública para a implantação da Usina de Britagem e do pátio para armazenamento de agregados na APP do Rio Pequeno, com vistas ao licenciamento ambiental junto ao IMA/SC no âmbito do processo MIN/35067/CTB. Após análise técnica e jurídica pelo Instituto, foi emitida a Informação Técnica nº 3941/2024, em 12/08/2024, solicitando um Estudo de Alternativas Locacionais. O objetivo é mitigar a intervenção em APP de curso d'água pelo empreendimento de extração mineral de seixos rolados e avaliar os impactos relevantes sobre as comunidades aquáticas (ictiofauna) e da herpetofauna, incluindo espécies ameaçadas de extinção.

Este documento visa demonstrar a necessidade da contratação de empresa especializada para realizar o **Estudo de Alternativa Locacional**. Esse estudo deve analisar a viabilidade técnica e instruir a elaboração de um Termo de Referência que contemple, no mínimo, três cenários locacionais:

→ **Alternativa 1:** Cenário de permanência do empreendimento tal como se estabelece;

→ **Alternativa 2:** Cenário de instalação da usina de britagem (britador primário, britador secundário, peneiras, correias transportadoras) pátios e depósitos /estocagem no mesmo imóvel, porém com cumprimento das restrições impostas pela IN 07 do IMA;

→ **Alternativa 3:** Cenário de permanência do empreendimento da localidade, porém com relocação e toda a atividade (a exceção da extração) para 'fora de APP' no melhor cenário logístico operacional possível.

A contratação de uma empresa especializada para conduzir o estudo é fundamental para garantir a adequação ambiental e legal do empreendimento, minimizando impactos adversos na APP do Rio Pequeno. O estudo fornecerá embasamento técnico, assegurando a continuidade sustentável e segura das atividades extrativas.

Com essas diretrizes, espera-se elaborar um documento robusto e fundamentado para mitigar impactos e atender às exigências legais e ambientais impostas pelo IMA.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO.

Para atender às exigências estabelecidas no Ofício IMA/SinFAT nº 62472 (Informação Técnica nº 3941/2024) e concluir o processo de licenciamento ambiental MIN/35067/CTB, relacionado ao município de

Grão-Pará/SC, propõe-se a contratação de uma empresa especializada para a elaboração de um Estudo de Alternativa Locacional.

Esse estudo envolverá a identificação e análise detalhada de três alternativas locais para o empreendimento. Os resultados serão compilados em um relatório abrangente, que incluirá os dados coletados, as análises realizadas e as recomendações sobre a alternativa locacional mais viável. Dessa forma, a contratação não apenas viabiliza o licenciamento ambiental, mas também promoverá um desenvolvimento sustentável, alinhado às necessidades da comunidade e ao respeito pelo meio ambiente.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Os requisitos de contratação definem as condições e critérios que os fornecedores devem atender para garantir que os produtos e serviços oferecidos satisfaçam as expectativas e necessidades específicas da administração pública.

4.1 REQUISITOS PARA A FUTURA CONTRATAÇÃO:

1. A empresa selecionada deve demonstrar experiência comprovada e possuir profissionais qualificados.
2. O resultado final deverá ser apresentado em um relatório claro e abrangente, contendo dados coletados, análises realizadas e recomendações pertinentes.
3. A empresa deve assegurar que todos os procedimentos estejam em conformidade com a legislação ambiental vigente.
4. A empresa deve apresentar Certidão de Registro nos Conselhos competentes (CREA), com validade ativa.
5. A empresa deve possuir Certidão de Regularidade junto ao IBAMA.
6. A empresa deve possuir toda a documentação de habilitação exigida no Edital.

4.2 NÃO SERÃO ACEITAS AS SEGUINTE PARTICIPAÇÕES:

1. Interessados declarados inidôneos ou sujeitos a suspensão do direito de licitar ou contratar com a Administração Pública por qualquer motivo;
2. Interessados inadimplentes com as obrigações junto ao órgão fiscalizador da classe ou que possuam alguma nota desabonadora emitida pelo mesmo;
3. Consórcios de pessoas jurídicas.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

5.1. ENTREGA

Os trabalhos devem ser finalizados e entregues no prazo máximo de 120 dias, contados a partir da data de assinatura do contrato. A entrega deverá ser realizada em conformidade com as especificações acordadas e em formato previamente definido pelas partes envolvidas.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

A formalização da contratação será realizada por meio de um termo contratual, que deverá obedecer rigorosamente às cláusulas acordadas, conforme estipulado pela Lei nº 14.133/2021. As partes contratantes assumem a responsabilidade por quaisquer consequências decorrentes da inexecução total ou parcial do contrato. Todas as comunicações entre o órgão ou entidade contratante e a contratada devem ser feitas por escrito, sempre que exigido por formalidade. O uso de mensagens eletrônicas será permitido, desde que atendidas as condições legais e contratuais aplicáveis. Cláusulas adicionais relacionadas à gestão do contrato serão especificadas no contrato específico, garantindo transparência e conformidade com a legislação vigente.

A gestão do contrato será de responsabilidade de Edmar Kemper Nandi, Secretário Municipal da Administração e Fazenda. A fiscalização ficará a cargo do Secretário de Desenvolvimento Econômico, Gustavo Engels Schlickmann, que garantirá o cumprimento rigoroso de todas as condições estabelecidas, visando os melhores resultados para a Administração. Em caso de descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal do contrato deverá agir de forma imediata para resolver a situação, comunicando ao gestor do contrato sempre que a questão ultrapassar sua competência, para que sejam adotadas as medidas necessárias à regularização da execução contratual.

Além disso, todos os envolvidos na gestão e fiscalização do contrato deverão manter registros detalhados de suas atividades, assegurando a rastreabilidade das ações e decisões tomadas, o que facilitará auditorias e avaliações futuras.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

7.1. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO

O acompanhamento dos estudos e relatórios será realizado de forma contínua, visando garantir a adequação e a efetividade das análises. Além disso, reuniões periódicas serão agendadas para discutir os progressos, resolver eventuais pendências e ajustar as diretrizes conforme necessário, assegurando que o estudo atenda às expectativas e requisitos estabelecidos.

7.2. CRITÉRIOS DE PAGAMENTO:

O valor total de R\$44.500,00 (quarenta e quatro mil e quinhentos reais) será dividido em 5 parcelas iguais de R\$8.900,00 (oito mil novecentos reais) cada. Os pagamentos deverão ser efetuados em moeda

nacional, por meio de boleto bancário ou transferência bancária (TED, DOC, depósito ou PIX), para conta corrente de titularidade do fornecedor.

8. FORMAS E CRITÉRIOS DA SELEÇÃO DO FORNECEDOR

Para a presente contratação, será adotado o procedimento de **Dispensa de Licitação**, em conformidade com o artigo 75, inciso II, da Lei nº 14.133/2021. Esse procedimento atende à legislação vigente, possibilitando agilidade no processo de contratação, mantendo-se em conformidade com os princípios de transparência e eficiência na administração pública.

O critério de julgamento escolhido é o de **Menor Preço**, que assegura objetividade na seleção do fornecedor ao estabelecer parâmetros claros de desempenho e qualidade do objeto contratado. Esse critério permite uma definição exata das especificações do serviço, alinhando-se com os padrões estabelecidos no mercado.

Além disso, será aplicado um **tratamento diferenciado e favorecido para Microempresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP)**, conforme o Decreto nº 20/2022, de 15 de julho de 2022. Tal medida visa incentivar a participação dessas empresas no processo, promovendo o desenvolvimento local e a competitividade econômica.

9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

O valor total da contratação é de R\$44.500,00 (quarenta e quatro mil e quinhentos reais) dividido em 5 parcelas iguais de R\$8.900,00 (oito mil novecentos reais) cada.

10. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

1. Executar os serviços conforme especificações deste Termo de Referência e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais.
2. Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor.
3. Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados.
4. Relatar ao Município toda e qualquer irregularidade observada na prestação dos serviços.
5. Responsabilizar-se por quaisquer danos causados ao contratante e terceiros, na execução dos serviços.
6. Responder pelos prejuízos materiais ou pessoais causados por eventuais danos causados por negligência, imprudência, imperícia ou dolo próprio.

11. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:

1. A contratante deve realizar o pagamento pelos serviços fornecidos conforme os termos e condições estabelecidos no contrato. Os pagamentos devem ser feitos dentro do prazo acordado, desde que os serviços tenham sido realizados conforme as especificações.
2. A contratante deve fornecer todas as informações e documentos necessários para a execução do contrato.
3. A contratante deve comunicar prontamente qualquer problema ou não conformidade nos serviços prestados, permitindo que a contratada tome as medidas corretivas necessárias.
4. A contratante deve fiscalizar e acompanhar a execução do contrato, garantindo que os serviços sejam executados conforme o acordado e que a contratada esteja cumprindo todas as suas obrigações.
5. Caso haja descumprimento por parte da contratada, a contratante deve adotar as medidas administrativas cabíveis, que podem incluir aplicação de multas, advertências ou rescisão do contrato.

12. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes do presente certame correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:

23.004.2010.3.3.90.00.00.00.00.1.500.0000.0000 (código 104)

Grão-Pará, 06 de novembro de 2024.

EDMAR KEMPER NANDI

Secretário Municipal da Administração e Fazenda



PROCESSO LICITATÓRIO Nº 78/2024
EDITAL DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 54/2024

ANEXO II - MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL

RAZÃO SOCIAL:

CNPJ:

ENDEREÇO:

TELEFONE / FAX:

EMAIL:

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA ELABORAÇÃO DE ESTUDO DE ALTERNATIVAS LOCACIONAIS COM O OBJETIVO PRINCIPAL DO MITIGAR A INTERVENÇÃO EM APP DE CURSO D'ÁGUA PELO EMPREENDIMENTO DE EXTRAÇÃO MINERAL DE SEIXOS ROLADOS, BEM COMO AVALIAR OS IMPACTOS RELEVANTES SOBRE AS COMUNIDADES AQUÁTICAS (ICTIOFAUNA) E DA HERPETOFAUNA, QUE CONHECIDAMENTE JÁ FORAM ENCONTRADAS NA BACIA DO RIO PEQUENO, PRINCIPALMENTE AS ESPÉCIES AMEAÇADAS DE EXTINÇÃO.

Valor total global: R\$ _____ (_____).

PRAZO DE VALIDADE DA PROPOSTA:

Não inferior a 60 dias

CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:

PRAZO E LOCAL DE ENTREGA/EXECUÇÃO:

Despesas inerentes a impostos, tributos, contratação de pessoal e outros, correrão totalmente por conta da Empresa contratada;

Apresentamos nossa proposta conforme o estabelecido no Edital.

Local, _____ de _____ de 2024.

Assinatura do Responsável

CPF:

Obs.: Identificação, assinatura do representante legal e carimbo do CNPJ, se houver.





PROCESSO LICITATÓRIO Nº 78/2024
EDITAL DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 54/2024

ANEXO III

MINUTA DO CONTRATO

(DATA)

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA ELABORAÇÃO DE ESTUDO DE ALTERNATIVAS LOCACIONAIS COM O OBJETIVO PRINCIPAL DO MITIGAR A INTERVENÇÃO EM APP DE CURSO D'ÁGUA PELO EMPREENDIMENTO DE EXTRAÇÃO MINERAL DE SEIXOS ROLADOS, BEM COMO AVALIAR OS IMPACTOS RELEVANTES SOBRE AS COMUNIDADES AQUÁTICAS (ICTIOFAUNA) E DA HERPETOFAUNA, QUE CONHECIDAMENTE JÁ FORAM ENCONTRADAS NA BACIA DO RIO PEQUENO, PRINCIPALMENTE AS ESPÉCIES AMEAÇADAS DE EXTINÇÃO, QUE ENTRE SI FAZEM O MUNICÍPIO DE GRÃO-PARÁ E O CONTRATADO _____, DE CONFORMIDADE COM AS CLÁUSULAS A SEGUIR EXPOSTAS:

Vigência: De ____ de _____ de 2024 a ____ de _____ de 202__ (12 meses), podendo a vigência do Contrato ser prorrogada nos termos da legislação vigente.

Valor Total: R\$ _____ (valor por extenso).

Origem: Processo de Licitação Nº 78/2024 - Edital de Dispensa de Licitação Nº 54/2024.

Contrato, que entre si celebram o **MUNICÍPIO DE GRÃO-PARÁ**, com sede na Rua Barão do Rio Branco, Nº 187, Centro, Grão-Pará/SC, inscrita no CNPJ/MF sob Nº 82.558.149/0001-55, doravante denominado simplesmente **CONTRATANTE**, neste ato, representada por seu Prefeito Municipal, Senhor **HELIO ALBERTON JUNIOR**, e _____, empresa estabelecida em _____ (endereço completo), inscrita no CNPJ/MF sob Nº _____, doravante denominada **CONTRATADA**, neste ato, representada por seu(a) Representante Legal, Senhor(a) _____, inscrito no CPF sob o Nº _____, mediante sujeição mútua à proposta e às seguintes cláusulas contratuais:





CLÁUSULA I - DO OBJETO

1.1. O presente Contrato tem por objeto a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA ELABORAÇÃO DE ESTUDO DE ALTERNATIVAS LOCACIONAIS COM O OBJETIVO PRINCIPAL DO MITIGAR A INTERVENÇÃO EM APP DE CURSO D'ÁGUA PELO EMPREENDIMENTO DE EXTRAÇÃO MINERAL DE SEIXOS ROLADOS, BEM COMO AVALIAR OS IMPACTOS RELEVANTES SOBRE AS COMUNIDADES AQUÁTICAS (ICTIOFAUNA) E DA HERPETOFAUNA, QUE CONHECIDAMENTE JÁ FORAM ENCONTRADAS NA BACIA DO RIO PEQUENO, PRINCIPALMENTE AS ESPÉCIES AMEAÇADAS DE EXTINÇÃO, de acordo com as especificações técnicas e preços unitários homologados.

CLÁUSULA II – DOS PRAZOS DE EXECUÇÃO E VIGÊNCIA

2.1. O presente instrumento vigorará de ____ de _____ de 2024 até ____ de _____ de 202____, ou seja, pelo período de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado conforme os Arts. 105 e 107, da Lei Federal Nº 14.133/21.

2.2. Tendo em vista a necessidade do Município, o contrato poderá ser prorrogado na forma da lei.

CLÁUSULA III – DO VALOR

3.1. A **CONTRATANTE** pagará à **CONTRATADA** os preços homologados no Processo de Licitação Nº 78/2024 - Edital de Dispensa de Licitação Nº 54/2024, no valor total de **R\$** _____ (_____).

3.2. Tendo em vista a necessidade do Município, o contrato poderá ser reajustado através do IPCA.

CLÁUSULA IV – DO PRAZO E LOCAL DE EXECUÇÃO

55.1. A execução dos serviços do objeto deverão ser prestados, finalizados e entregues no prazo máximo de 120 dias, contados a partir da data de assinatura do contrato. A entrega deverá ser realizada em conformidade com as especificações acordadas e em formato previamente definido pelas partes envolvidas.

CLÁUSULA VI – DO PAGAMENTO

6.1. O pagamento será realizado mediante processo regular e em observância às normas e procedimentos adotados pela administração, bem como as disposições dos Arts. 141 a 146 da Lei Federal Nº 14.133/21;

6.2. O pagamento do valor total será dividido em 5 parcelas iguais após a efetiva entrega do objeto, mediante apresentação de nota fiscal e após atesto do setor competente, através de transferência bancária (TED, DOC, depósito ou PIX), em conta corrente de titularidade do fornecedor, nos termos da Lei Federal Nº 14.133/2021.



6.3. Nenhum pagamento será efetuado ao contratado enquanto pendente de liquidação de qualquer obrigação financeira ou técnica que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito do reajustamento de preços ou correção monetária.

CLÁUSULA V - DAS DESPESAS E FONTES DE RECURSOS

5.1. Os recursos financeiros serão atendidos pela dotação do orçamento municipal, classificada e codificada sob o N°.: **23.004.2010.3.3.90.00.00.00.00.1.500.0000.0000 (código 104)**

CLÁUSULA VI - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE E DO CONTRATADO

6.1. Obrigações do Contratante:

6.1.1. Efetuar o pagamento relativo ao objeto contratado efetivamente realizado, de acordo com as cláusulas do respectivo contrato ou outros instrumentos hábeis;

6.1.2. Proporcionar ao Contratado todos os meios necessários para a fiel execução do objeto da presente contratação, nos termos do correspondente instrumento de ajuste;

6.1.3. Notificar o Contratado sobre qualquer irregularidade encontrada quanto à qualidade dos produtos ou serviços, exercendo a mais ampla e completa fiscalização, o que não exime o Contratado de suas responsabilidades pactuadas e preceitos legais;

6.2. Obrigações do Contratado:

6.2.1. Responsabilizar-se por todos os ônus e obrigações concernentes à legislação fiscal, civil, tributária e trabalhista, bem como por todas as despesas e compromissos assumidos, a qualquer título, perante seus fornecedores ou terceiros em razão da execução do objeto contratado;

6.2.2. Substituir, arcando com as despesas decorrentes, os materiais ou serviços que apresentarem defeitos, alterações, imperfeições ou quaisquer irregularidades discrepantes às exigências do instrumento de ajuste pactuado, ainda que constatados somente após o recebimento ou pagamento;

6.2.3. Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto da contratação, salvo mediante prévia e expressa autorização do Contratante;

6.2.4. Manter, durante a vigência do contrato ou outros instrumentos hábeis, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no respectivo processo licitatório, conforme o caso, apresentando ao Contratante os documentos necessários, sempre que solicitado;

6.2.5. Emitir Nota Fiscal correspondente à sede ou filial da empresa que efetivamente participou do certame e consequentemente apresentou a documentação exigida na fase de habilitação;

6.2.6. Executar todas as obrigações assumidas sempre com observância a melhor técnica vigente, enquadrando-se, rigorosamente, dentro dos preceitos legais, normas e especificações técnicas correspondentes;

CLÁUSULA VII - DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

7.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei Federal N° 14.133/2021, o contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- f) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- g) praticar ato lesivo previsto no artigo 5º da Lei Federal n. 12.846, de 1º de agosto de 2013.

7.2. Com fulcro na Lei Federal N° 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

- a) Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (Artigo 156, §2º, da Lei Federal n. 14.133/2021);
- b) Multa;
- c) Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (§ 4º do Artigo 156 da Lei Federal N° 14.133/2021);
- d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (§ 5º do Artigo 156 da Lei Federal N° 14.133/2021).

7.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

- a) A natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) As peculiaridades do caso concreto;
- c) As circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) Os danos que dela provierem para a Administração Pública;
- e) A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

7.4. A multa será recolhida em percentual de 10% incidente sobre o valor do contrato lícitado.

7.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

7.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

7.7. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (§ 9º do Artigo 156 da Lei Federal N° 14.133/2021)

Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (§ 7º do Artigo 156 da Lei Federal Nº 14.133/2021).

CLÁUSULA VIII – DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

8.1. Tendo em vista a necessidade do Município, os preços deste Contrato, são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano.

8.2. Dentro do prazo de vigência da contratação e mediante solicitação do Contratado, os preços poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, na mesma proporção da variação verificada no IPCA-IBGE acumulado, tomando-se por base o mês do orçamento estimado, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

8.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o intervalo mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

8.4. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica o Contratado obrigado a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

8.5. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

8.6. Caso o índice estabelecido para reajuste venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

8.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

8.8. O registro da variação do valor contratual para fazer face ao reajuste de preços poderá ser realizado por simples apostila.

8.9. O prazo para resposta ao pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro, quando for o caso, será de até um mês, contado da data do fornecimento da documentação comprobatória do fato imprevisível ou previsível de consequência incalculável, observadas as disposições dos Arts. 124 a 136, da Lei Federal Nº 14.133/21.

CLÁUSULA IX – CLÁUSULA OITAVA - DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL

9.1. Este contrato poderá ser alterado, com as devidas justificativas, nos seguintes casos:

9.2. Unilateralmente pela CONTRATANTE:

a) quando necessária a modificação do valor contratual em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativos de seu objeto, nos limites permitidos no Artigo 124, da Lei Federal Nº 14.133/21.

9.2.1. Por acordo das partes:

a) quando necessária a modificação do regime de execução do serviço, em face de verificação técnica da inaplicabilidade dos termos contratuais originários;

b) quando necessária a modificação da forma de pagamento, por imposição de circunstâncias supervenientes, mantido o valor inicial atualizado, vedada a antecipação do pagamento.

9.2. A **CONTRATADA** fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias, respeitados os termos da Lei Federal Nº 14.133/21.

9.3. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos Artigos 124 e seguintes da Lei Federal Nº 14.133/2021.

9.4. A alteração incidente sobre o objeto do contrato presta-se a adaptá-lo à nova configuração do interesse público ou corrigi-lo para que melhor se adeque ou tenha condições de atender ao interesse público, sem que o objeto possa ser transfigurado.

9.5. A alteração incidente sobre o objeto do contrato pode ser:

a) Quantitativa: quando importa acréscimo ou diminuição quantitativa do objeto do contrato;

b) Qualitativa: quando a alteração diz respeito a características e especificações técnicas do objeto do contrato;

c) Unilateral: quando imposta pelo MUNICÍPIO, sem a anuência do contratado;

d) Consensual: quando há a anuência do contratado.

9.6. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, devendo observar o seguinte:

a) a aplicação dos limites deve ser realizada separadamente para os acréscimos e para as supressões, sem que haja compensação;

b) deve ser mantida a diferença, em percentual, entre o valor global do contrato e o valor orçado pela Contratante, salvo se o agente de fiscalização apontar justificativa técnica ou econômica, que deve ser ratificada pelo gestor do contrato;

c) em contratos cujos valores são estimados, os limites devem ser calculados sobre os valores estimados;

d) os limites devem ser calculados pelo preço unitário dos itens se o julgamento da licitação ocorreu pelo preço unitário e devem ser calculados pelo preço global do contrato se o julgamento ocorreu pelo preço global;

e) em contratos sujeitos à renovação, aditivos quantitativos não devem ser realizados sobre aditivos de períodos anteriores, devendo a base de cálculo ser o valor inicial atualizado do contrato, assim entendido como o valor principal acrescido de eventuais aumentos decorrentes da aplicação dos instrumentos cabíveis para a recomposição do equilíbrio econômico-financeiro (revisão, reajuste ou repactuação), em cada período de vigência. A soma dos percentuais dos aditivos não deve ultrapassar os limites, como sendo de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

9.7. A alteração da planilha para substituir ou readequar itens não é suficiente para caracterizar a alteração como quantitativa.

9.8. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do Artigo 136 da Lei Federal Nº 14.133/2021.

CLÁUSULA X – DA RESCISÃO

10.1. A Rescisão deste Contrato poderá ser por ato unilateral da **CONTRATANTE**:

10.2. A **CONTRATANTE** poderá, unilateralmente, rescindir de pleno direito este Contrato, independente de notificação judicial ou extrajudicial, desde que ocorra qualquer um dos fatos adiante enunciados, bastando para isso comunicar à **CONTRATADA** sua intenção, com antecedência mínima de 5 (cinco) dias úteis:

- a) o não cumprimento pela **CONTRATADA** das cláusulas contratuais, especificações ou prazos;
- b) o desatendimento pela **CONTRATADA** das determinações regulares da pessoa designada pela **CONTRATANTE** para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como as de seus superiores;
- c) razões de interesse do serviço público.

10.3.1. A **CONTRATADA** terá o direito de rescindir de imediato o presente contrato, independentemente de notificação judicial ou extrajudicial, caso ocorra qualquer um dos fatos a seguir enunciados:

- a) o atraso injustificado no início dos serviços;
- b) suspensão, pelas autoridades competentes, dos serviços da **CONTRATADA**, em decorrência de violação de disposições legais vigentes;
- c) a paralisação dos serviços sem justa causa e prévia comunicação à **CONTRATANTE**;
- d) a subcontratação total ou parcial do seu objeto, a associação com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, que afetem a boa execução deste;
- e) o cometimento reiterado de faltas na sua execução;
- f) a decretação de falência, o pedido de concordata ou a instauração de insolvência civil;
- g) a dissolução da sociedade ou o falecimento do proprietário, em se tratando de firma individual;
- h) a alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa, que, a juízo da **CONTRATANTE**, prejudique a execução do contrato;
- i) o protesto de títulos ou a emissão de cheques, sem suficiente provisão, que caracterizem a insolvência do contrato.

10.3.2. No caso de o presente Contrato ser rescindido por culpa da **CONTRATADA**, serão observadas as seguintes condições:

- a) a **CONTRATADA** não terá direito de exigir indenização por qualquer prejuízo e será responsável pelos danos ocasionados, cabendo à **CONTRATANTE** aplicar as sanções contratuais e legais pertinentes;
- b) a **CONTRATADA** terá o direito de ser reembolsada pelos serviços já prestados, desde que aprovado pela **CONTRATANTE**, até a data da rescisão, deduzidos os prejuízos causados à **CONTRATADA**;
- c) em qualquer caso, a **CONTRATADA** reserva-se o direito de dar continuidade aos serviços através de outras empresas ou da forma que julgar mais convenientes;

d) caso a **CONTRATANTE** não use o direito de rescindir este Contrato, poderá, a seu exclusivo critério, reduzir ou suspender a execução dos serviços referente ao mesmo e sustar o pagamento das faturas pendentes, até que a **CONTRATANTE** cumpra integralmente a condição contratual infringida.

10.4. A Rescisão deste Contrato, também, poderá ser por Acordo entre as Partes ou Judicial:

10.4.1. O presente Contrato também poderá ser rescindido quando ocorrer:

a) a supressão, por parte da **CONTRATANTE**, dos serviços, acarretando modificação do valor inicial do Contrato, além do permitido no Regulamento de Habilitação, Licitação e Contratação, conforme Lei Federal Nº 14.133/21;

b) a suspensão de sua execução, por ordem escrita da **CONTRATANTE**, por prazo superior a 30 (trinta) dias, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra;

c) o atraso superior a 30 (trinta) dias dos pagamentos devidos pela **CONTRATANTE**, decorrentes de serviços já prestados, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra;

d) a não liberação, por parte da **CONTRATANTE**, de área, local ou objeto para execução dos serviços, nos prazos contratuais.

10.4.2. Nesses casos, a **CONTRATANTE** deverá pagar à **CONTRATADA** os serviços já prestados, de acordo com os termos deste Contrato.

10.5. A Rescisão do Contrato poderá, também, ser em Virtude de Força Maior:

10.5.1. Tanto a **CONTRATANTE** como a **CONTRATADA** poderão rescindir este Contrato em caso de interrupção na execução dos serviços por um período maior que 30 (trinta) dias, em virtude de força maior, conforme definido no artigo 1058, do Código Civil Brasileiro, regularmente comprovado e impedido da execução deste Instrumento Contratual. Nesse caso, a **CONTRATANTE** pagará à **CONTRATADA** os serviços que a mesma tenha realizado, de acordo com os termos deste Contrato.

10.5.2. Sempre que uma das partes julgar necessário invocar motivo de força maior, deverá fazer imediatamente comunicação escrita à outra, tendo esta última um prazo de até 5 (cinco) dias da data de seu recebimento para contestar ou reconhecer os motivos constantes da notificação.

10.6. O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei Federal n. 14.133/2021, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

10.6.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

10.6.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

10.6.3. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

10.7. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

10.7.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

10.7.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

10.7.3. Indenizações e multas.

10.7.4. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (caput do artigo 131 da Lei Federal n. 14.133/2021).

10.7.5. O não pagamento dos salários e das verbas trabalhistas, e o não recolhimento das contribuições sociais, previdenciárias e para com o FGTS poderá dar ensejo à extinção do contrato por ato unilateral e escrito do contratante e à aplicação das penalidades cabíveis.

10.8. O contratante poderá conceder prazo para que o contratado regularize suas obrigações trabalhistas ou suas condições de habilitação, sob pena de extinção contratual, quando não identificar má-fé ou a incapacidade de correção.

10.9. Quando da extinção, o fiscal administrativo deverá verificar o pagamento pelo contratado das verbas rescisórias ou os documentos que comprovem que os empregados serão realocados em outra atividade de prestação de serviços, sem que ocorra a interrupção do contrato de trabalho.

10.10. Até que o contratado comprove o disposto no item anterior, o contratante reterá:

10.10.1. a garantia contratual - prestada com cobertura para os casos de descumprimento das obrigações de natureza trabalhista e previdenciária, incluídas as verbas rescisórias -, a qual será executada para reembolso dos prejuízos sofridos pela Administração, nos termos da legislação que rege a matéria (inciso I do § 3º do artigo 121 e alínea “b” do inciso III do artigo 139, ambos da Lei Federal n. 14.133/2021); e

10.10.2. os valores das Notas fiscais ou Faturas correspondentes em valor proporcional ao inadimplemento, até que a situação seja regularizada.

10.11. Na hipótese do subitem anterior, não havendo quitação das obrigações por parte do contratado no prazo de 15 (quinze) dias, o contratante poderá efetuar o pagamento das obrigações diretamente aos empregados que tenham participado da execução dos serviços objeto do contrato, deduzido o respectivo valor do pagamento devido ao contratado (inciso II do § 3º do artigo 121 da Lei Federal n. 14.133/2021).

10.12. O contratante poderá ainda:

10.12.1. nos casos de obrigação de pagamento de multa pelo contratado, reter a garantia prestada a ser executada (alínea “c” do inciso III do artigo 139 da Lei Federal n. 14.133/2021), conforme legislação que rege a matéria; e

10.12.2. nos casos em que houver necessidade de ressarcimento de prejuízos causados à Administração, nos termos do inciso IV do artigo 139 da Lei n. 14.133/2021, reter os eventuais créditos existentes em favor do contratado decorrentes do contrato.

10.13. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato,

ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (inciso IV do artigo 14 da Lei n. 14.133/2021).

CLÁUSULA XI – DO RECEBIMENTO DOS SERVIÇOS

11.1. O recebimento dos serviços será mensal, sempre que houver a apresentação dos documentos hábeis que comprovem a prestação dos serviços objeto deste Contrato.

CLÁUSULA XII – DAS OBRIGAÇÕES LEGAIS E FISCAIS

12.1. Todos e quaisquer impostos, taxas e contribuições fiscais e parafiscais, inclusive os de natureza previdenciária, social e trabalhista, bem como emolumentos, ônus ou encargos de qualquer natureza, decorrentes da celebração deste Contrato, ou da execução, correrão única e exclusivamente por conta da **CONTRATADA**.

12.2. Obriga-se a **CONTRATADA** a manter-se inteiramente em dia com as contribuições previdenciárias, sociais e trabalhistas. Verificada, em qualquer tempo, a existência de débito proveniente do não recolhimento dos mesmos, por parte da **CONTRATADA**, fica a **CONTRATANTE** desde já autorizada a suspender os pagamentos devidos à **CONTRATADA**, até que fique constatada a plena e total regularização de sua situação.

12.3. Quaisquer alterações nos encargos ou obrigações de natureza fiscal e/ou parafiscal, após a data limite de recebimento e abertura da proposta, será objeto de entendimento entre a **CONTRATADA** e a **CONTRATANTE**.

12.4. A **CONTRATADA** responderá a todas as reclamações trabalhistas que possam ocorrer em consequência da execução dos serviços contratados, os quais não importam em vinculação laboral entre a **CONTRATANTE** e o empregado envolvido, que mantém relação empregatícia com a **CONTRATADA** empregadora na forma do disposto no Art. 2º da Consolidação das Leis do Trabalho.

12.4.1. Caso haja condenação da **CONTRATANTE**, inclusive como responsável solidária, a **CONTRATADA** reembolsar-lhe-á os valores pagos em decorrência da decisão judicial.

CLÁUSULA XIII - DAS OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

13.1. As partes contratantes deverão cumprir a Lei Nº 13.709, de 14 de Agosto de 2018, que é a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais LGPD, quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão deste certame ou do termo de ajuste que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

13.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do Art. 6º, da Lei Nº 13.709/18.

13.3. É vedado o compartilhamento com terceiros de qualquer dado obtido, fora das hipóteses permitidas em Lei.



CLÁUSULA XIV - DO GESTOR E FISCAL DO CONTRATO

14.1. Gestor do Contrato: Edmar Kemper Nandi, Secretário Municipal de Administração e Fazenda.

14.2. Fiscal do Contrato: Gustavo Schilickmann Engels, Secretário Municipal do Desenvolvimento Econômico.

CLÁUSULA XV - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

15.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Braço do Norte/SC, para dirimir dúvidas ou questões que não encontrem forma de resolução entre as partes, sendo esse foro irrenunciável pela **CONTRATANTE**, diante do que dispõe o Art. 109, inciso I, da Constituição Federal.

15.2. E, por estarem assim justos e acordados, assinam as partes o presente instrumento, na presença das testemunhas que abaixo, também, subscrevem.

Grão-Pará/SC, ____ de _____ de 2024.

MUNICÍPIO DE GRÃO PARÁ

HELIO ALBERTON JUNIOR

Prefeito Municipal

CONTRATANTE

NOME DA EMPRESA

REPRESENTANTE DA EMPRESA

Cargo do Representante

CONTRATADA

TESTEMUNHAS

Nome:

CPF:

Nome:

CPF:

OTAVIO JACINTO LUNARDI

Assessor Jurídico – OAB/SC 52.759

MUNICÍPIO DE GRÃO-PARÁ

